

Exma. Senhor
Deputado Firmino Marques
M.I. Presidente da Comissão Parlamentar de
Educação, Ciência, Juventude e Desporto
Palácio de São Bento

Lisboa, 25 de setembro de 2020

Assunto: Pedido de audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência, Juventude e Desporto

Senhor Presidente,

Desde há muito tempo que o CDS-PP vem alertando para a manifesta falta de oferta de alojamento nas residências estudantis públicas para alunos do Ensino Superior. Desde há muito tempo que defendemos, apresentando iniciativas nesse sentido, que a forma mais célere de suprir essa limitação, é por via da contratualização com os setores privado e social.

Face ao atual contexto de pandemia, e às restrições decorrentes, consideramos mesmo que não haveria outro caminho, sob pena de cada vez menos jovens terem possibilidade de frequentar e completar os seus ciclos de ensino.

Em agosto, e reiterando esta posição, o Grupo Parlamentar do CDS-PP dirigiu uma pergunta ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, questionando se entendia ser possível compatibilizar as normas estipuladas pela Direção-Geral da Saúde com a realidade do parque residencial universitário, e se estava o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior disposto, em conjunto com as instituições de Ensino Superior, a trabalhar no sentido de contratualizar camas com os setores social e privado.

A 20 de setembro, e perante o anúncio por parte da Direção-Geral do Ensino Superior de que haveria mais 4500 camas para alojamento de estudantes do ensino superior, o CDS-PP congratulou-se com a decisão do Governo em seguir a sua recomendação e estabelecer acordos entre a Movijovem e várias estruturas representativas de unidades hoteleiras e de alojamento local, permitindo disponibilizar alojamentos para os estudantes até ao final do ano letivo de

2020/2021 em condições de conforto, qualidade e segurança.

Infelizmente, e mais uma vez, parece que tudo não passou de mais um anúncio sem consequências e sem concretização.

De acordo com o jornal Público de hoje, dia 25 de setembro, o «Governo prometeu mais 2500 camas para universitários, mas só 300 estão disponíveis», havendo «menos de 300 novos lugares em residências estudantis para o ano letivo que agora começa, apesar das garantias que eram dadas pelo Plano Nacional de Alojamento Estudantil. As associações académicas também põem em causa o anúncio de mais 4500 camas em hostels e pousadas feito esta semana.»

Refere-se que «o acordo assinado pela Direção-Geral do Ensino Superior com as associações representantes dos promotores turísticos estabelece apenas um princípio de entendimento, cabendo agora a cada instituição negociar com os operadores individuais de cada localidade», ou seja, «há uma intenção, mas ainda não há mais nada do que isso.»

Na «Recomendação às instituições científicas e de ensino superior para a preparação do ano letivo 2020/2021», de 5 de agosto, o Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior pretendia, de acordo com as orientações da Direção-Geral da Saúde sobre o adequado funcionamento das atividades letivas e não letivas no ano letivo 2020-2021, esclarecer as instituições de Ensino Superior de modo a garantir condições eficazes e de segurança no planeamento do atual ano letivo, bem como garantir atividades presenciais.

O CDS-PP concorda plenamente que o ensino e a avaliação presencial se mantenham como regra no funcionamento das instituições científicas e de Ensino Superior, tanto mais que só assim se mantém a equidade entre estudantes em termos de participação e avaliação, proporcionando a educação integral, a diversidade de percursos académicos e a coesão territorial.

O CDS-PP concorda também que para tal, e entre outros, é imperativo reduzir as desigualdades no acesso ao Ensino Superior, nomeadamente através do reforço da ação social direta e o do alojamento de estudantes a preços regulados.

No entanto, desde o início que o CDS-PP alerta para a inevitável incompatibilidade com as normas da Direção-Geral da Saúde estipuladas para o alojamento estudantil no documento «Orientações para Atividades Letivas e Não Letivas nas Instituições Científicas e de Ensino Superior - Ano Letivo 2020-2021».

A gravidade desta situação justifica, no entender do CDS-PP, uma cabal explicação por parte do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, tanto mais que o ano letivo já está a decorrer.

Neste sentido e, ao abrigo dos Artigos 102º e dos números 1, 2 e 3 do 104º do Regimento da Assembleia da República, o CDS-PP vem requerer a V. Exa. que providencie a audição urgente na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência, Juventude e Desporto com o Senhor Ministro

da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com o objetivo de dar todas as explicações a esta Comissão sobre o panorama do alojamento estudantil universitário.

Com os melhores cumprimentos,

A deputada do CDS-PP
ANA RITA BESSA